

CONTRATO DE SUBVENÇÃO

AJUDAS EXTERNAS

Financiamento : **A Comissão das Comunidades Europeias**



Denominação¹ : **Programa URB-AL. R10-A17-04: "Políticas e Ações Municipais de Segurança Alimentar: realidade, limites e possibilidades da interstorialidade"**

Numero do contrato : **ALR/19.09.02/2000/0021/96-611/R10-A17-04**

Beneficiário : **Prefeitura Municipal de Piracicaba - Brasil**

Importe total máximo da subvenção CE : **194.337,23 EUROS**

Data de assinatura :

¹ A denominação e o numero do contrato deverão mencionar-se em toda a correspondência assim como nas facturas relacionadas com o presente contrato.

117
7

**CONTRATO DE SUBVENÇÃO
- ACÇÕES EXTERNAS DA COMUNIDADE EUROPEIA**

ALR/19.09.02/2000/0021/96-611/R10-A17-04

Entre

a Comunidade Europeia, representada pela Comissão das Comunidades Europeias
("a entidade adjudicante")

por um lado,

e

a Prefeitura Municipal de Piracicaba com sede em Rua Capitão Antonio Correa Barbosa 2233 – Pq. Rua do Porto – 13.400-180 – Piracicaba - Brasil ("o beneficiário"),

por outro,

foi acordado o seguinte:

Condições especiais

Artigo 1º - Objecto do contrato

- 1.1 O presente contrato tem por objecto a concessão pela entidade adjudicante de uma subvenção tendo em vista a execução da acção intitulada: **Projeto comum R10-A17-04 "Políticas e Ações Municipais de Segurança Alimentar: realidade, limites e possibilidades da interstorialidade"** no âmbito do programa Urb-AI, número do contrato ALR/B7-3110/2000/0021/R10-A17-04 ("a acção").
- 1.2 A subvenção é concedida ao beneficiário nas condições estipuladas no presente contrato, que é constituído pelas presentes condições especiais (as "condições especiais") e seus anexos, que o beneficiário declara conhecer e aceitar.
- 1.3 O beneficiário aceita a subvenção e compromete-se a executar a acção sob a sua responsabilidade.

MS
P**Artigo 2º – Período de execução da acção**

2.1 O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura pela última parte.

2.2 A execução da acção começa:

“no primeiro dia do mês seguinte à data do primeiro pagamento do pré-financiamento pela entidade adjudicante”

2.3 O período de execução da acção, tal como se especifica no Anexo I, é de 12 meses.

Artigo 3º - Financiamento da acção

3.1 O custo total da acção que poderá beneficiar do financiamento da entidade adjudicante está estimado em 277.624,62 € de acordo com o especificado no Anexo III.

3.2 A entidade adjudicante compromete-se a proceder a um financiamento desta acção no montante máximo de 194.337,23 € equivalente a 70% do custo total elegível mencionado no nº 1, sendo o montante final fixado em conformidade com o disposto no artigo 17º do Anexo II.

Artigo 4º – Relatórios técnicos e financeiros e modalidades de pagamento

4.1 Os relatórios técnicos e financeiros devem ser apresentados juntamente com os pedidos de pagamento, em conformidade com o disposto no artigo 2º e no nº 1 do artigo 15º do Anexo II.

4.2 O pagamento será efectuado em conformidade com o disposto no artigo 15º do Anexo II, sendo aplicável a seguinte opção mencionada no nº 1 do artigo 15º.

Opção 1

Montante do primeiro pré-financiamento: 155.469,80 €

Montante previsional do pagamento final
(sob reserva das disposições do Anexo II): 38.867,43 €

Artigo 5º – Endereço para a correspondência

Qualquer correspondência realizada no âmbito do presente contrato deve ser efectuada por escrito, precisar o número e a designação do projecto e ser enviada para os seguintes endereços:

Para a entidade adjudicante

Os pedidos de pagamento e relatórios correspondentes, assim como os pedidos de alteração da conta bancária devem ser enviados para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Serviço de Cooperação EuropeAid
Ao cuidado da Unidade finanças, contratos e auditorias – AIDCO B3
J-54 6/9

1197

200 Rue de la loi
B-1049 Bruxelles
Fax : +32.2.295.69.77

Uma cópia dos documentos acima referidos, bem como qualquer outra correspondência necessária, devem ser enviados para o seguinte endereço:

Comissão Europeia
Serviço de Cooperação EuropeAid - AIDCO
Direcção América Latina - Unidade B2
Ao cuidado do Chefe da unidade operações centralizadas
Programa URB-AL
J-54 4/13 B -1049 Bruxelas - Bélgica
Fax: + 32.2.299.10.80
europeaid-urb-al@cec.eu.int

Para o beneficiário

Maria Angélica Ferrato dos Santos Guércio
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social
Prefeitura Municipal de Piracicaba
Rua Alferes José Caetano 1128 - Centro
13.400-123 - Piracicaba - São Paulo - BRASIL
Tel.: (19) 3434-2109 - (19) 3417-8815 - (19) 3417-8824 - (19) 3417-8800
Fax: (19) 3417-8813
e-mail: semdes@ig.com.br

Artigo 6º - Anexos

6.1 Em anexo às presentes condições especiais, figuram os seguintes documentos, que fazem parte integrante do presente contrato:

- Anexo I: Descrição da acção
- Anexo II: Condições gerais aplicáveis aos contratos de subvenção celebrados pela Comunidade Europeia no âmbito das acções externas da Comunidade Europeia
- Anexo III: Orçamento da acção
- Anexo IV: Processos de adjudicação de contratos
- Anexo V: Modelo do pedido de pagamento e ficha de identificação financeira
- Anexo VI: Modelo de certificado de auditoria
- Anexo VII: Modelo de garantia financeira

6.2 Em caso de divergência entre as disposições dos anexos e as das condições especiais, prevalecem estas últimas. Em caso de divergência entre as disposições do Anexo II e as dos restantes anexos, prevalecem as primeiras.

Artigo 7º - Outras condições especiais aplicáveis à acção

7.1 As condições gerais são completadas pelas seguintes disposições:

7.1.1 O gabinete de auditoria que efectuará a(s) auditoria(s) referida(s) no nº 6 do artigo 15º do Anexo II é:

Perecin e Godoy Auditores Independientes
Rua 13 de Maio 718 – 1º Andar – Centro
Piracicaba – São Paulo – BRASIL
Tel: (19) 3434-4588
Fax: (19) 3433-1041
e-mail: jagodoy@perecin-godoy.com.br

Feito em três exemplares em língua portuguesa, dois dos quais serão entregues à entidade adjudicante e um ao beneficiário.

Pelo beneficiário

Senhor Barjas Negri
Prefeito Municipal de Piracicaba
Rua Capitão António Correa Barbosa 2233 – Pq. Rua do Porto
13.400-180- Piracicaba – São Paulo - BRASIL

Assinatura:

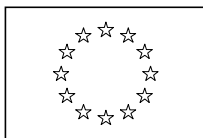
Data: 02/08/05

Pela entidade adjudicante

Riccardo Gambini
Chefe da Unidade operações centralizadas –
AIDCO B2
Serviço de Cooperação EuropeAid

Assinatura:

Data: 20-06-2005



Comissão Europeia

EuropeAid - Serviço de Cooperação

Direção América Latina

URB-AL

EUROPA - AMÉRICA LATINA

Formulário de pedido de subvenção no âmbito do convite à apresentação de propostas para a coordenação de projetos comuns

Rubrica orçamental ALR/B7-3110/2000/0021

Nome do candidato e referência do convite à apresentação de propostas:	Prefeitura Municipal de Piracicaba Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social EuropeAid/113113/C/G
--	--

Processo n ^o	
----------------------------	--

(Reservado a uso interno)

I - O PROJECTO

1. Descrição

1.1 Título

Projeto comum de Tipo A

Políticas e Ações Municipais de Segurança Alimentar: realidade, limites e possibilidades da intersectorialidade.

1.2 Local

BRASIL, REGIÃO SUDESTE, ESTADO DE SÃO PAULO, MUNICÍPIO DE PIRACICABA

1.3 Montante solicitado à Comissão Europeia

194.337,23	EUR	70.0	custo total do projeto
------------	-----	------	------------------------

1.4 Resumo

A presente proposta visa analisar as ações de Segurança Alimentar e Nutricional, sensibilizar e capacitar os órgãos gestores parceiros para o monitoramento dessas ações e assim constituir subsídios para o fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das municipalidades e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas intersectoriais. O referencial metodológico da proposta segue os embasamentos da pesquisa-ação participante e do planejamento participativo, buscando trabalhar dados quantitativos e qualitativos.

As principais atividades são:

- ✓ Apresentação do projeto “**Políticas e Ações Municipais de Segurança Alimentar: realidade, limites e possibilidades da intersectorialidade**” aos municípios parceiros e formação da equipe de intercâmbio;
- ✓ Oficina de sensibilização dos órgãos gestores para a construção participativa do significado comum de SAN entre os sócios parceiros da proposta;
- ✓ Oficina de capacitação órgãos gestores para o levantamento das ações de SAN nas municipalidades e análise dessas ações a partir da intersectorialidade;
- ✓ Levantar (Identificar) as informações que tenham interface com a temática da Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios parceiros;
- ✓ Sistematizar e avaliar as informações levantadas de forma a identificar os limites, possibilidades das políticas intersectoriais;
- ✓ Construção do Mapa de Ações de Segurança Alimentar e Nutricional dos Municípios;
- ✓ Elaboração de um Manual de Diretrizes para subsidiar o monitoramento das ações de SAN Municipal;
- ✓ Avaliação Final.

1.5 Objetivos

O **objetivo geral** da proposta é analisar as ações de Segurança Alimentar e Nutricional Municipal, sensibilizar e capacitar os órgãos gestores para o monitoramento dessas ações e assim constituir subsídios para o fortalecimento intersectorialidade da Segurança Alimentar e Nutricional das municipalidades.

Nessa perspectiva a atual proposta estabeleceu os seguintes **objetivos específicos**:

- ✓ Identificar e analisar a realidade, limites e possibilidades das ações de Segurança Alimentar e Nutricional das municipalidades parceiras, promover o intercâmbio entre os participantes e a construção de uma rede de comunicação e cooperação internacional;
- ✓ Construir o Mapa das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional de todos os Municípios;
- ✓ Criar mecanismos de monitoramento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional a partir do planejamento participativo, com base em indicadores adequados e no referencial da intersectorialidade;
- ✓ Subsidiar a formulação de políticas públicas e auxiliar na elaboração e monitoramento do orçamento público.

1.6 Justificativa

Nos últimos anos o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil é compreendido como a *garantia a todos do acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com bases em práticas alimentares saudáveis que contribuam para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (definição do documento brasileiro encaminhado à Cúpula Mundial de Alimentação em Roma em 1996)*¹. Assim, o conceito vem sendo trabalhado de forma ampla, dentro de uma perspectiva intersectorial e transversal de análise e na busca da incorporação de políticas e ações.

A amplitude atribuída a noção de segurança alimentar torna preferível o delineamento de uma política municipal de segurança alimentar e nutricional que envolva diferentes programas e ações, em lugar de um programa único e específico de segurança alimentar (Anexo1). Assim o presente projeto acredita que os programas e ações nas diversas áreas que constituem uma política municipal de segurança alimentar e nutricional podem ser orientados por cinco diretrizes, as quais visam:

1. promover a produção rural e urbana e a comercialização de alimentos realizadas em bases socialmente equitativas;
2. ampliar o acesso a uma alimentação de qualidade e regular as condições em que os alimentos são disponibilizados à população;
3. promover a educação alimentar e a organização dos consumidores na defesa dos seus direitos;
4. universalizar e assegurar a qualidade dos programas alimentares com caráter suplementar ou emergencial dirigidos a grupos populacionais específicos;

¹ Cúpula Mundial de Alimentação em Roma, 1996.

5. estimular a participação da sociedade civil na formulação e na implementação da política de segurança alimentar e apoiar as iniciativas não governamentais.

Essas diretrizes mostram duas especificidades importantes, a primeira quanto as interfaces necessárias na conjuntura de uma política municipal de SAN com as outras políticas sociais implementadas pelo município, e a segunda mostra a importância da própria dinâmica gestora da intersectorialidade existente entre os objetivos nucleadores dos programas e ações municipais da SAN.

Um dos questionamentos dos programas de SAN é a falta de coordenação e articulação que podem levar diferentes setores do governo e da sociedade civil a atenderem aos mesmos segmentos da população, através de diferentes programas sociais, inviabilizando a construção de uma Política Municipal Integrada. Assim cabe ressaltar que a intersectorialidade é uma das premissas básicas de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, pois na grande maioria dos municípios latinos os diferentes setores do governo e da sociedade civil agem isoladamente.

O conceito de Intersectorialidade defendida nessa proposta corresponde as ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos (materiais, humanos, institucionais) existentes em cada setor de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto, uma vez que os recursos aplicados sem um planejamento global são mais facilmente desperdiçados ou utilizados por grupos isolados.

Portanto para construir essa intersectorialidade é preciso (CONSEA, 2004):

- aproximar os setores que atuam na área de Segurança Alimentar e Nutricional para que juntos, possam planejar e coordenar suas ações;
- identificar as frentes de ação em comum, formular objetivos e definir instrumentos e indicadores de monitoramento de forma conjunta e pactuada entre os diferentes atores envolvidos (gestores, profissionais, sociedade civil, etc);
- identificar dentre as ações que vêm sendo desenvolvidas pelos diferentes setores aquelas que têm maior impacto sobre a situação de SAN; identificar também as formas de garantir os recursos para sua realização e ampliação;
- criar mecanismos de gestão e monitoramento integrados das ações. Os grupos de trabalho intersectoriais são espaços importantes para o acompanhamento dos projetos integradores de gestão (que definam ações estratégicas implementadas de forma articulada por diferentes setores de governo e da sociedade civil);
- Criar condições para tomar decisões estratégicas para o Campo da SAN e criar espaços para promover consensos possíveis em torno de questões chave , como o montante de recursos a ser destinado às políticas de estímulo a produção para consumo interno em relação a exportações nos investimentos econômicos e sociais etc. Os conselhos em que se realizam as parcerias entre governo e sociedade civil podem ser espaços importantes para a construção de consensos políticos sobre prioridades.

Nesse contexto, traçar o quadro da SAN no Brasil e no mundo nos coloca diante de alguns desafios. Sendo que um dos principais é a construção de mecanismos de monitoramento que nos possibilitem dar um significado mais amplo às discussões e ao próprio conceito de SAN. Essa é uma alternativa para que possamos apresentar diagnósticos precisos sobre a situação da Segurança Alimentar e Nutricional a partir do conjunto das políticas sociais existentes nas mais diversas áreas sociais, como saúde e nutrição, educação, trabalho e renda, planejamento e infraestrutura, hábitos de consumo alimentar, sustentabilidade do sistema agroalimentar, entre outras.

Partindo dessa contextualização é possível compreender que a discussão do diagnóstico da fome e da desnutrição não se limita a identificar o público que está exposto à essa condição e sim verificar as causas dessa vulnerabilidade para então propor, monitorar e a avaliar as intervenções. Uma outra observação de grande importância para as ações em SAN é a clareza da distinção dos conceitos de pobreza, fome e desnutrição, uma vez que são referenciais estratégicos para o levantamento de dados, diagnósticos, construção de indicadores e produção de informações precisas para o direcionamento das políticas públicas.

O atual plano de governo Brasileiro possibilitou conferir o destaque da necessidade de garantir a Segurança Alimentar e Nutricional e avançar na discussão sobre a importância de construir indicadores referenciais de SAN, bem como propor sistemas de monitoramento e avaliação das políticas e ações municipais.

Cabe aqui uma breve definição do que seja um indicador social, para Jannuzzi (2001)² indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico ou programático e é um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Assim numa perspectiva programática o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e de reformulação de políticas públicas.

Os debates ocorridos entre ONGs de desenvolvimento, movimentos e organizações populares e agências de cooperação apontam que os indicadores são relativamente situados para duas práticas: como referências para o monitoramento e avaliação de organizações, programas e projetos; e como instrumentos de orientação de discursos e intervenções concretas em torno de temas, situações, políticas públicas e atores. Em síntese o papel dos indicadores é o de tornar visível os aspectos da realidade, os quais pela sua complexidade não nos permitem uma análise totalizante.

No âmbito da SAN diversos aspectos da realidade social devem ser abordados e analisados simultaneamente, estabelecendo as devidas correlações. Os dados sobre as áreas da saúde e nutrição, educação, trabalho e renda, habitação, saneamento, acesso à água, agricultura e abastecimento contribuem para formulação e análise dos indicadores de SAN. Esses dados podem auxiliar no direcionamento e ajuste das políticas públicas governamentais voltadas para a temática da SAN e contribuir na construção de um sistema de informações organizado e bem estruturado para monitorar as causas dos diagnósticos levantados.

Kayano (2003)³ ressalta que os indicadores, apesar de procurarem refletir a realidade, na maior parte das vezes acabam atuando como instituintes da realidade, ou seja, por mais metodologias e estatísticas quantitativas sempre acabamos embutindo nos indicadores uma visão de mundo e uma determinada concepção sobre os sentidos da produção de referências sobre uma municipalidade ou sobre a população em estudo. Assim, ao adotar o pressuposto de que indicadores funcionam como instituintes da realidade, devemos trabalhar a concepção da produção de indicadores na linha do processo dialógico, de trocas entre atores e sujeitos sociais. Para tanto o maior desafio é a produção de sistemas de indicadores que ajudem a melhorar o processo de diálogo e o entendimento entre os atores da sociedade civil e os atores do poder público.

Portanto a identificação da realidade, limites e possibilidades da intersectorialidade de um programa municipal de Segurança Alimentar e Nutricional será o resultado do levantamento

² Jannuzzi, P. M. Indicadores sociais no Brasil. Campinas, SP. Editora Alínea, 2001.

³ Workshop sobre Indicadores de Segurança Alimentar, organizado pelo CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar), 2003

de informações e do conhecimento de referenciais de indicadores adequados, bem como a análise do envolvimento do poder público e da sociedade civil nos programas de segurança alimentar existentes no município.

Para alcançar esses indicadores estratégicos é necessário construir o Mapa das Ações de SAN dos Municípios como um instrumento norteador de todas as iniciativas existentes no tema, a fim de diagnosticar a contextualização da intersectorialidade da Segurança Alimentar local.

Na prática, cabe ressaltar que a SAN no contexto nacional, estadual e municipal demanda uma estrutura operacional complexa e sua viabilidade requer recursos humanos e financeiros, os quais não são priorizados, atualmente, pelos a orçamentos públicos. Vigna (2003)⁴ aponta que uma alternativa para esse problema é a existência de um orçamento de segurança alimentar nacional, estadual e municipal que tenha como foco a intersectorialidade dos órgãos públicos (saúde, educação, agricultura, reforma agrária, saneamento básico, assistência social, meio ambiente, etc.) e de seus respectivos conselhos (mulher, criança e adolescente, idoso, trabalhador, etc). O autor também resalta que a criação de indicadores para segurança alimentar favorece o processo de elaboração da proposta orçamentária do governo gestor (prefeitura), bem como a construção de um orçamento específico para a Segurança Alimentar Local.

Para trabalhar a demanda de identificar no município todas as ações de SAN, a intersectorialidade existente e propor um sistema de monitoramento para o órgão gestor requer instrumentos metodológicos específicos que garantam a representatividade dos interesses, experiências e programas, para tanto o enfoque metodológico dessa proposta será o da pesquisa participante e do planejamento participativo entre e intra os órgãos gestores parceiros.

Diante de toda argumentação apresentada acreditamos que a presente proposta mostra-se pertinente ao tema da Rede-10 - Luta Contra a Pobreza Urbana, uma vez que os seus resultados buscam o desenvolvimento de ações na temática da Segurança Alimentar e Nutricional e o desafio de construir um trabalho comum de intercâmbio entre as municipalidades envolvidas.

O projeto tem como público alvo (i) Direto: profissionais envolvidos com a segurança alimentar e nutricional das municipalidades parceiras e (ii) Indireto: profissionais e agentes que estejam envolvidos com as políticas e ações de segurança alimentar e nutricional dos órgãos gestores dos municípios sócios dessa proposta, os quais são:

Coordenador do Projeto:

- ✓ Município de Piracicaba, SP, Brasil;

Sócios da América Latina:

- ✓ Município de Campinas, SP, Brasil;
- ✓ Município de Rio Claro, SP, Brasil;
- ✓ Município de São Bernardo do Campo, SP, Brasil;
- ✓ Município Chorrillos, Peru;
- ✓ Município em San Joaquin, Chile;

Sócios da Europa:

- ✓ Município de Pigna, Itália;

⁴ Vigna, E. Orçamento Nacional de Segurança Alimentar. INESC, 2003.

- ✓ Município de Mendatica, Itália;
- ✓ Município de Arraiolos, Portugal ;
- ✓ Município de Borba, Portugal.

Sócio Externo:

- ✓ Instituto Polis – Assessoria, Formação e Estudo em Políticas Sociais, SP, Brasil;

Portanto os beneficiários diretos desse projeto são os profissionais de cada municipalidade parceira, que participarão de todas as etapas do desenvolvimento dessa proposta e indiretamente os demais profissionais das áreas da saúde, educação, agricultura, meio ambiente, gênero e outras que participarão das atividades desenvolvidas pelos municípios parceiros.

Estima-se como efeitos indiretos, a médio e longo prazo, a inclusão social de milhões de pessoas que se encontram expostas às condições de (in)segurança alimentar no período do desenvolvimento da proposta temática e um número muito maior no futuro próximo.

A escolha das cidades parceiras aconteceu através da realização da 1ª e da 2ª Conferência da Rede 10 – Luta Contra a Pobreza Urbana, ambas realizadas em São Paulo. A diversidade representativa dos sócios da América Latina e Europa é de grande importância para trabalhar o panorama da Segurança Alimentar, uma vez que são diferentes realidades sociais, políticas e econômicas, buscando subsídios para enfreteamento da contextualização da SAN.

O sócio externo, *Instituto Pólis – Assessoria, Formação e Estudos em Políticas Sociais* é uma organização não governamental e sem fins lucrativos, criada em 1987. O Instituto Pólis tem como missão a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento sustentável, ampliação dos direitos de cidadania e a democratização da sociedade. O Instituto Pólis atua como consultor técnico do Programa Municipal de Segurança Alimentar de Piracicaba há três anos, ou seja, desde o início do programa. A consultoria é realizada através do Pesquisador Renato Maluf, especialista em SAN, Prof. Dr. da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA). Dessa forma a participação do Instituto Pólis como sócio externo vai trazer subsídios para equipe coordenadora.

Os municípios de Campinas, São Bernardo e Piracicaba do Brasil possuem em comum uma área urbana mais desenvolvida que o rural, uma realidade comum devido ao desenvolvimento econômico e industrial predominante. A temática da Segurança Alimentar tem sido prioridade desses governos municipais e também contam com um Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

Os municípios de Rio Claro/Brasil, Chorrillos/Peru e San Joaquin/Chile são municípios de porte médio, com poucas indústrias e com algumas atividades agrícolas. Cabe destacar que o município de Rio Claro conta com um Comitê Gestor de Segurança Alimentar.

As municipalidades parceiras da Europa apresentam uma população inferior a 30 mil habitantes. A atividade econômica das municipalidades italianas é sustentada principalmente pelo turismo da região e pelo comércio artesanal. Nos municípios portugueses há o predomínio da atividade agrícola através do incentivo da agricultura familiar. O tema da Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo trabalhado pelos sistemas de desenvolvimento de cooperação intermunicipal, a partir da organização dos produtores e comerciantes locais com o objetivo de agregar valor aos produtos derivados da pecuária extensiva e da produção de vinho. Cabe destacar que o conceito de Segurança Alimentar na Comunidade Européia é o do Food Safety (alimento seguro), uma vez que os problemas sociais são recentes e com baixos índices de insegurança alimentar.

Portanto, a rede intercâmbio que está sendo proposta pelo projeto vai favorecer a troca e ampliação das ações de segurança alimentar pelas municipalidades parceiras.

- a) identificação das necessidades e obstáculos detectados nos países beneficiários
- b) lista dos grupos-alvo e estimativa do número esperado de beneficiários diretos ou indiretos
- c) justificação da escolha dos grupos-alvo e das atividades
- d) pertinência do projeto em relação aos grupos-alvo
- e) pertinência do projeto em relação aos objetivos do programa e da rede temática
- f) pertinência do projeto em relação às prioridades do programa e da rede temática

1.7 Descrever pormenorizadamente as atividades

Primeiramente Instalação da Equipe Coordenadora:

1. Recursos Físicos e de Infra-estrutura:

- definição do local e aluguel;
- reforma e adaptação do local (rede elétrica estabilizada, encanamento etc.).

2. Recursos e Materiais de Apoio

- aquisição de móveis e utensílios;
- mesas conjugadas para posto de trabalho;
- mesas e cadeira para posto de trabalho;
- mesas de apoio;
- aparelhos telefônicos;
- linhas telefônicas;
- equipamentos de copa e cozinha;
- aquisição de material de escritório
- aquisição de material de informática
- microcomputadores;
- impressoras jato de tinta;
- multifuncionais com impressora a laser;
- scanners;
- web cam;
- sistema operacional;
- sistema de gerenciamento de rede;
- sistemas de desenvolvimento e gerenciamento websites;
- contratação de linha de banda larga;

3. Recursos Humanos

- contratação de pessoal adicional: técnicos, administrativos e de apoio.

Desenvolvimento do Projeto:

O primeiro passo será a formação da equipe técnica coordenadora e definição dos procedimentos para o desenvolvimento de todas as atividades, começando com a preparação da atividade 1. Nesse primeiro momento será definido um interlocutor responsável pelos projetos das municipalidades, com quem os contatos serão realizados via telefone, correio e Internet.

Antes da primeira oficina internacional será enviado um formulário padrão de preenchimento para que todos os municípios envolvidos construam um documento que caracterize o município (dados físicos–territoriais, sócio-econômicos e estrutura político-administrativo).

Para a fundamentação teórica das equipes serão indicados textos que tenham como enfoque:

- ✓ As ações Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;
- ✓ Os princípios de uma política intersetorial e política de cooperação;
- ✓ Os fatores da SAN que condicionam a elaboração de indicadores ou mecanismos de monitoramento;
- ✓ Os princípios da Pesquisa-ação Participante e do Planejamento Participativo;
- ✓ A questão da intersectorialidade e orçamento municipal;
- ✓ A avaliação e monitoramento das ações de SAN e da gestão pública;

Atividade 1

Título: Oficina Internacional de apresentação da proposta “**Políticas e Ações Municipais de Segurança Alimentar: realidade, limites e possibilidades da intersectorialidade**”.

Objetivo: O objetivo geral dessa primeira atividade é apresentar a proposta do projeto, sensibilizar para a construção participativa do significado comum de SAN entre os sócios parceiros, capacitar os agentes gestores para identificação das ações de SAN e avaliar as condições da intersectorialidade.

A capacitação dos diversos atores envolvidos na gestão da SAN visa fortalecer o princípio da intersectorialidade da temática e gerar o sentimento de co-responsabilidade pela definição de pactos, compromissos, metas, estratégias, políticas e parâmetros de monitoramento e avaliação.

Desenvolvimento: A oficina internacional é o primeiro encontro entre as equipes parceiras, sendo o momento de maior importância para o sucesso do projeto. Nesse sentido, a oficina vai ser um encontro de quatro dias em Piracicaba/SP/Brasil e será constituída de abertura, palestras focadas na SAN, políticas intersectoriais e indicadores de monitoramento. O enfoque metodológico do trabalho nas oficinas será o da Pesquisa-ação Participante, usando os instrumentos do planejamento participativo, ou seja, a meta é capacitar os participantes no uso da metodologia participativa para o levantamento das ações de SAN, análise, diagnóstico e construção do Mapa da SAN em suas municipalidades. Para a implantação desse processo todas as municipalidades serão orientadas quanto a importância da sistematização das ações a partir das categorias de análise que serão propostas na oficina, garantindo que este material seja comparável, replicável e que ao mesmo tempo consiga preservar as especificidades de cada município.

Como medida de monitoramento do processo e organização serão pautadas algumas subatividades como o agendamento de datas, telefonemas, troca de e-mails para saber como está sendo o desenvolvimento do trabalho e para acompanhar o preenchimento dos formulários, a fim de evitar surpresas nas próximas atividades previstas e falta de informações dos municípios.

Resultados esperados: Definição do conceito comum de SAN entre todos participantes, o entendimento da ferramenta metodológica do planejamento participativo que será utilizada em todas as etapas do trabalho por todos os sócios parceiros, bem como uma avaliação sintética a posteriori dos conceitos trabalhados ao término desse primeiro encontro.

Atividade 2

Título: *Levantamento das ações de SAN nas municipalidades parceiras através da Metodologia Participativa apresentada na atividade 1*

Objetivo: O objetivo geral é levantar as ações governamentais e não governamentais das interfaces da temática da Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito de cada município.

Desenvolvimento: A partir da metodologia apresentada na 1ª Oficina Internacional os municípios irão levantar os setores municipais do poder público e sociedade civil que desenvolvem ações de segurança alimentar, identificando e sistematizando todas as iniciativas.

Será desenvolvido um site do projeto ou um link no site da Prefeitura de Piracicaba. O site vai contribuir na instalação do banco de dados e para as trocas de informações entre os municípios parceiros. Este site também será um indicador de dados quantitativos e qualitativos do trabalho desenvolvido, pois servirão como subsídios para avaliar os resultados esperados.

Resultados esperados: Construção e gestão do Banco de Dados das ações de SAN nas municipalidades parceiras.

Atividade 3

Título: *Construir o Mapa da Segurança Alimentar Municipal a partir das dimensões intersetoriais de cada municipalidade.*

Objetivo: O objetivo geral dessa atividade é a análise das ações levantadas, construção dos diagnósticos e identificação dos mecanismos de monitoramento de SAN nos municípios parceiros.

Desenvolvimento: Cada município parceiro será responsável pelo contexto da apresentação e discussão dos diagnósticos. A metodologia de análise dos diagnósticos será a mesma do planejamento participativo, portanto cada município vai construir o seu Mapa de SAN e definir os mecanismos de monitoramento que possam garantir a efetividade da sua intersectorialidade.

A comunicação entre os sócios será através do sistema de rede de intercâmbio via internet, telefone, fax e outros. Ao final desse processo será elaborado pelos sócios um documento, ou seja, um relatório do desenvolvimento e sua avaliação. Esse material será publicado posteriormente.

Resultados esperados: O Mapa das Ações da Intersetorialidade da SAN e o apontamento dos mecanismos de monitoramento.

Atividade 4

Título: Segunda Oficina Internacional – Apresentação dos Mapas das Ações de SAN, dos Mecanismos de Monitoramento da SAN construídos pelas municipalidades parceiras e Avaliação do Processo Metodológico proposto.

Objetivo: Apresentar os resultados atingidos até o momento, bem como conhecer os indicadores adequados para o monitoramento da intersetorialidade das ações de SAN mapeada pelas municipalidades parceiras.

Desenvolvimento: Essa atividade vai ser conduzida da mesma forma que a 1ª Oficina Internacional. Esse encontro vai favorecer a troca de informações, mostrando, o “Estado da Arte” em que se encontram os sócios parceiros no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Nessa oficina vai existir um momento para a discussão dos processos de construção e desenvolvimento da Rede de Intercâmbio.

Resultados esperados: Definição das Diretrizes para a construção do Mapa das Ações e dos mecanismos de monitoramento para que estes possam ser replicáveis em outras municipalidades. Elaboração e publicação do material da segunda oficina internacional.

Atividade 5

Título: Elaboração do Manual de Construção de Diretrizes

Objetivo: O objetivo é construir um **Manual de Construção de Diretrizes**, ou seja, um guia para o mapeamento e análise das ações de SAN.

Desenvolvimento: Esta atividade será desenvolvida pela coordenação do projeto, cujo material será sistematizado por especialistas na área.

Resultados esperados: Publicação e divulgação do manual de diretrizes nas municipalidades parceiras, possibilitando a disponibilidade em rede web.

Diretrizes para o Desenvolvimento das Atividades de 1 a 5:

1. Identificação da Situação da Segurança Alimentar

- glossário de termos padronizados;
- definição dos termos e temas que serão utilizados no projeto;
- definição local dos formulários e dados estatísticos oficiais;
- envio das definições de dados e dos instrumentos locais à Unidade Coordenadora.

2. Planejamento da Primeira Oficina Internacional

- definir data, horário e local;
- definir lista de convidados;
- definir Comissão Organizadora do Seminário;
- definir recursos humanos, físicos, materiais e financeiros;
- definir e convidar/contratar palestrantes;
- definir locais de hospedagem local;
- definir meios de transporte local;
- definir locais de refeições para os participantes;
- definir locais de visitação;

- definir locais de realização de oficinas;
- definir meios de divulgação (local e global);
- definir divulgação na mídia em geral.

3. Realização da 1ª Oficina Internacional

- lançamento do Projeto;
- definição de Conceitos e Objetivos Comuns;
- definição das Diretrizes Básicas para a elaboração do Instrumento de Gestão Integrada;
- unificação das diretrizes comuns de cooperação na rede;
- conclusões.

4. Avaliação da 1ª Oficina Internacional

- compilação dos resultados;
- divulgação dos resultados;
- avaliação dos resultados por parte dos sócios participantes.

5. Definição de instrumentos padronizados

- análise do Material recebido;
- compilação das definições dos instrumentos locais que foram enviados;
- elaboração de proposta de Manual de aplicação dos instrumentos padronizados;
- envio da proposta elaborada de instrumentos padronizados e Manuais aos sócios parceiros, para avaliação e aprovação;
- respostas dos sócios parceiros à Coordenação quanto à análise dos documentos propostos, com aprovação ou sugestões de mudanças;
- aprovação dos instrumentos propostos;
- criação da base de dados.

6. Aplicação da Metodologia padronizada

- coleta dados locais, com a utilização dos instrumentos padronizados;
- apontar eventuais divergências entre o instrumento padronizado e a realidade encontrada;
- envio dos dados coletados à Unidade de Coordenadora;
- cada sócio parceiro deverá sugerir uma metodologia para análise dos dados obtidos a partir dos instrumentos metodológicos padronizados.

7. Tabulação dos dados:

- avaliação e compilação das metodologias de análise de dados sugeridas pelos sócios parceiros;
- definição do método de tabulação padronizada dos dados obtidos, de acordo com as sugestões recebidas;
- tabulação de todos os dados recebidos.

8. Criação do Mapa das ações de Segurança Alimentar e Nutricional

- mapeamento de todas as ações de SAN no município;
- identificar o perfil da intersectorialidade a curto, médio e longo prazo.

9. Divulgação e Avaliação dos Resultados

- divulgação da análise das informações tabuladas e classificadas, na forma de relatório;
- avaliação local por parte dos parceiros do relatório elaborado e divulgado.

10. Avaliação do relatório

- compilação e avaliação das sugestões e/ou variações apresentadas pelos parceiros;
- adequação dos parâmetros da metodologia à avaliação de resultados.

11. Planejamento da Segunda Oficina Internacional

- definir data, horário e local;
- definir lista de convidados;
- definir Comissão Organizadora do Seminário;
- definir recursos humanos, físicos, materiais e financeiros;
- definir e convidar/contratar palestrantes;
- definir locais de hospedagem local;
- definir meios de transporte local;
- definir locais de refeições para os participantes;
- definir locais de visitação;
- definir locais de realização de oficinas;
- definir meios de divulgação (local e global);
- definir divulgação na mídia em geral.

12. Realização da 2ª Oficina Internacional

- avaliação do resultado global;
- apresentação do Produto Final;
- assinatura simbólica da Carta de Intenção, por parte dos sócios parceiros, em capacitar e incentivar os gestores e atores locais, na implementação das ações em SAN apontadas pelos indicadores propostos.

13. Divulgação oficial do Manual de Diretrizes na Mídia Geral.

1.8 Metodologia

Para trabalhar diante da perspectiva apresentada nos objetivos basearemos na análise crítica da história ou realidade cuja a metodologia compreende o diagnóstico e intervenção como momentos do mesmo processo, ou seja, o pesquisador é concebido como sujeito interventor da realidade. Nesta concepção, o fazer profissional, científico e metodológico, envolvem planejamentos e ações que objetivam a mobilização, organização e conscientização dos sujeitos históricos envolvidos. Isto implica em conceber respostas aos limites encontrados numa situação real, que requer análise, investigação e intervenção, sempre referida a uma perspectiva científica, ética e política.

O processo metodológico proposto configura-se, portanto, como forma investigativa, formativa, educativa e seguirá os princípios da pesquisa-ação que orientam a proposta de planejamento participativo. Para tanto será desenvolvido técnicas grupais que envolvam vivências de sensibilização sobre a temática da Segurança Alimentar e Nutricional, atividades para capacitação dos agentes gestores para o diagnóstico e análise crítica e propositiva da realidade, objetivando a construção de um modelo de gestão intersetorial.

A utilização das técnicas grupais caracterizam uma intervenção formal frente a problemas que precisam ser trabalhados na sua especificidade além das intervenções no curso natural do processo. Essas técnicas deverão ser escolhidas tendo em vista diagnóstico realizado e a intencionalidade teórica dos coordenadores.

Buscamos a pesquisa-ação participante e o planejamento participativo, pois os entendemos como recursos teórico-metodológicos que se concretizam enquanto processo na intencionalidade de transformar políticas e práticas, através da participação consciente

contra exclusão, a dominação, violência e discriminação que oprime e submete do particular ao geral, do indivíduo ao sistema.

O nível de participação proposto está relacionado com a capacidade dos órgãos gestores tomarem iniciativas para o desenvolvimento da sociedade, ou seja, o método da pesquisa participativa será adotada para envolver todos os setores municipais que compõem a intersectorialidade da SAN no levantamento, análise e diagnóstico das ações da Segurança Alimentar e Nutricional.

Para Thiollent (1985)⁹ a "pesquisa participativa supõe uma participação dos atores interessados na própria pesquisa organizada em torno de uma determinada ação, visando ao mesmo tempo, conhecer e agir".

Assim a presente proposta segue as seguintes características da pesquisa participativa:

1. Estimular o envolvimento de todas as partes interessadas legitimamente numa pesquisa colaborativa e dialógica: que possibilita a construção de conhecimento significativo para o contexto específico e cria a capacidade pessoal estrutural de atuar sob este conhecimento e procura contribuir nas mudanças sociais democratizantes;
2. Diversidade e incentivo na tomada de decisões, pois a diversidade, os interesses, valores, experiências e programas dos órgãos envolvidos são variados. Assim, um dos desafios é englobar as diferenças dentro das diretrizes propostas;
3. Comprometimento com os valores de igualdade, justiça e com uma visão de pluralismo democrático e equitativo;
4. Ênfase no processo do desenvolvimento do projeto, principalmente para as relações pessoais, jogo de interesses e poder.

Diante desse contexto cabe uma breve abordagem do planejamento participativo, o qual pode ser expressado como um complemento da pesquisa participativa, uma vez que o planejamento enquanto método é um processo de tomada de decisões, ou seja, é pensar antes qual o melhor caminho para se chegar a um objetivo proposto. Vieira (1995)¹⁰ coloca que todo planejamento significa intervenção, pois parte da convicção de que é possível direcionar e orientar o curso da história. Para o autor o planejamento participativo em termos realistas e dialéticos, é aquele que democratiza a intervenção. Nestes termos o autor divide o planejamento participativo em três etapas:

- A. A formação da consciência crítica, que contempla a fase de autodiagnóstico, com conhecimento de teor acadêmico e popular. Portanto essa primeira etapa pode ser interpretada como o momento de levantar as Ações da Segurança Alimentar e Nutricional, e a troca de conhecimentos a partir de teorias críticas que possibilitem, através de dinâmicas, reuniões, palestras, exercícios teórico-práticos, o reconhecimento dos determinismos históricos que objetivam as políticas e ações da segurança alimentar;
- B. Etapa de proposição de soluções para enfrentar os problemas detectados no autodiagnóstico, que se materializa pela capacidade de criar um projeto próprio, de ser o sujeito capaz de realizar a *práxis*, ou seja, *visa uma ação que possibilite a transformação social, pessoal e comunitária*. Pois, segundo Freire (1987)¹¹ o processo de codificação e decodificação leva o sujeito a estabelecer a percepção de que ele faz parte da realidade e que esta realidade é o reflexo das ações de todos, passível, portanto de transformações a partir de suas próprias ações. Esta etapa corresponde a percepção da

⁹ Thiollent

¹⁰ Vieira, P. F. Meio ambiente, Desenvolvimento e Planejamento. In: Meio ambiente desenvolvimento e cidadania: desafios para ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1995.192p.

¹¹ Freire, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 184p.

necessidade da autonomia política e orçamentária da intersectorialidade da SAN para a sustentabilidade das ações estabelecidas no município;

- C. Etapa do descobrimento da necessidade de se organizar, que se traduz pela cidadania como meio e fim,

Nesse sentido cabe colocar que algumas organizações da sociedade civil brasileira (Pastoral da Criança, Instituto Polis, Instituto Ecoar, Ibase, Instituto Cidadania e outros), com o interesse de aprimorar o trabalho das equipes técnicas, desenvolveram métodos de planejamento participativo para trabalhos em grupos (comunidade, órgãos gestores, movimentos sociais e etc.). Para tanto considera-se que:

1. A produção grupal deve contemplar as necessidades dos membros do grupo, tendo a perspectiva de transformar a realidade;
2. As relações de poder devem ser consideradas e avaliadas no âmbito institucional;
3. O espaço grupal enquanto “locus” para materializar a negação da negação do indivíduo enquanto sujeito histórico.

Portanto, essa metodologia visa mostrar à todos a importância da construção do Mapa das Ações Municipais de SAN, instrumento de apontamento dos problemas e soluções para adequação da intersectorialidade que compõe a SAN, bem como criar mecanismos de monitoramento a partir de indicadores adequados, lembrando que cada municipalidade parceira possui as suas especificidades sociais, políticas, econômicas e de gestão.

O presente método da pesquisa vai utilizar os mecanismos do planejamento participativo envolvendo a análise quantitativa e qualitativa:

1. *Quantitativos:*

- Aglutinação e sistematização dos dados e informações coletados durante o processo;

2. *Qualitativos:*

- Análise dos dados coletados e sistematizados de acordo com o pressuposto teórico;
- Efeitos observáveis das práticas intercambiáveis;
- Levantamento das diretrizes e construção do Mapa das Ações da SAN em diferentes realidades socioeconômicas e físico-territoriais dos sócios parceiros;

Razões que justificam o método proposto

A presente proposta de projeto surgiu da percepção e desejo dos atores sociais, envolvidos na execução de políticas municipais de segurança alimentar e nutricional, de superar os limites impostos pela burocracia e fragmentação operacional das instituições e organizações públicas e privadas, e na intenção de implementar e difundir políticas públicas de caráter intersectorial, interinstitucional e internacional, através de proposições conjuntas e articulações cooperativas, na busca de constituir subsídios e diretrizes concretas, através de estudos, trocas de experiência, levantamento de dados, sistematização, diagnóstico, avaliação das realidades nas políticas e ações municipais de segurança alimentar, analisando-as nos seus limites possibilidades de novas conexões e, em especial, possibilitar aos protagonistas envolvidos a constituição de uma rede de conhecimento e cooperação internacional de segurança alimentar.

Avaliação do projeto

Os procedimentos de avaliação interna do projeto serão a análise dos resultados esperados em cada atividade a partir da metodologia apresentada. Os resultados esperados foram levantados no item 1.7 e no anexo C desse projeto.

Nível de participação dos sócios parceiros

A avaliação dos membros parceiros será a participação em todas as atividades propostas no projeto e sua adaptação ao processo de comunicação em rede. Assim, a garantia desse sucesso pressupõe que os sócios contribuam com sugestões, informações, comprometimento e que desenvolvam o trabalho proposto com a sua localidade.

Razões que justificam o papel de cada sócio

Entende-se que as políticas municipais de segurança alimentar constituem políticas sociais de caráter compensatório, redistributivo e emancipatório. Portanto são voltadas ao desenvolvimento local, em especial às comunidades, que em função da submissão ao modelo político e econômico neoliberal, se encontram nas camadas mais excluídas econômica, política e socialmente, e via de regra vivem em condições específicas de insegurança alimentar.

Portanto, os sócios parceiros dessa proposta acreditam no papel da Segurança Alimentar e Nutricional como um instrumento de ação intersetorial no combate a pobreza urbana. Essa pluralidade da temática da SAN indica a necessidade do Mapeamento da Ações Existentes de SAN e a criação de instrumentos de Monitoramento e Avaliação que possam contribuir para a garantia da efetividade e sustentabilidade das ações que compõem a intersetorialidade de SAN.

Os municípios de Campinas, São Bernardo e Piracicaba do Brasil possuem em comum uma área urbana mais desenvolvida que o rural, uma realidade comum devido ao desenvolvimento econômico e industrial predominante. A temática da Segurança Alimentar tem sido prioridade desses governos municipais e também contam com um Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

Os municípios de Rio Claro/Brasil, Chorrillos/Peru e San Joaquin/Chile são municípios de porte médio, com poucas indústrias e com algumas atividades agrícolas. Cabe destacar que o município de Rio Claro conta com um Comitê Gestor de Segurança Alimentar.

As municipalidades parceiras da Europa apresentam uma população inferior a 30 mil habitantes. A atividade econômica das municipalidades italianas é sustentada principalmente pelo turismo da região e pelo comércio artesanal. Nos municípios portugueses há o predomínio da atividade agrícola através do incentivo da agricultura familiar. O tema da Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo trabalhado pelos sistemas de desenvolvimento de cooperação intermunicipal, a partir da organização dos produtores e comerciantes locais com o objetivo de agregar valor aos produtos derivados da pecuária extensiva e da produção de vinho. Cabe destacar que o conceito de Segurança Alimentar na Comunidade Européia é o do Food Safety (alimento seguro), uma vez que os problemas sociais são recentes e com baixos índices de insegurança alimentar.

Portanto, a rede intercâmbio que está sendo proposta pelo projeto vai favorecer a troca e ampliação das ações de segurança alimentar pelas municipalidades parceiras.

Assim de acordo com o manual da URB-AL cada categoria de sócio apresenta a sua especificidade:

Papel do sócio coordenador

- Assinatura de contrato com a Comissão Européia

- Instalação do local da Equipe Coordenadora da proposta;
- Acompanhar a equipe técnica do projeto;
- Apresentar o trabalho proposto para os sócios parceiros (sócios de pleno direito);
- Coordenar todas as etapas do projeto, isto é, todas as atividades propostas;
- Disponibilizar materiais bibliográficos sobre o tema da SAN;
- Gerenciar os recursos financeiros do projeto, bem como prestar contas sobre estes aos participantes e comunidade europeia;
- Acompanhar a realização das atividades locais dos municípios parceiros, mesmo que à distância através: de e-mails, telefone, fax;
- Coordenar o Banco de dados, bem como o site do projeto;
- Organizar as oficinas Internacionais a partir da metodologia da pesquisa participante;
- Articular a estruturação da Rede de Intercâmbio da SAN.
- Aplicação da metodologia proposta para levantamento das ações, construção do Mapa e dos mecanismos de monitoramento das ações de SAN de uma política intersectorial.

Papel do Sócio com pleno Direito (abordado como sócio parceiro no projeto)

- contribuir na organização das atividades, mesmo a distância;
- participar de todas as atividades propostas;
- se responsabilizar pelas atividades locais, ou seja, no seu próprio município;
- criar estratégias de disseminação do projeto e seus resultados na sua municipalidade;
- Aplicação da metodologia proposta para levantamento das ações, construção do Mapa e dos mecanismos de monitoramento das ações de SAN de uma política intersectorial.
- Compor a contra-partida.

Papel dos Sócios Externos (Entidades)

- participar das oficinas internacionais;
- apresentar as experiências na temática da SAN;
- participar da rede de intercâmbio;
- receber todo o material produzido e disponibilizado em rede;
- ser co-participante de todos os materiais produzidos;
- Os sócios externos não poderão receber encontros/oficinas, mas poderão participar das atividades.

A Equipe coordenadora da Proposta e em Piracicaba, SP, Brasil é constituída pelos seguintes membros:

Cargos	Membros da Equipe*	Tempo de Dedicção ao Projeto
Coordenador Geral	Cibele de C. D. P. Marques da Silva Secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Piracicaba	4 horas semanais
	Eric Ferdinando Passone Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Piracicaba	24 horas semanais
	Gilma Lucazechi Srturion Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Piracicaba	8 horas semanais
Coordenador Executivo	Lúcia Cristina de Oliveira Santini Coordenadora do Programa Municipal de Segurança Alimentar	8 horas semanais
	Cibele Cristina Bueno de Oliveira Assessora Técnica do Programa Municipal de Segurança Alimentar	32 horas semanais
Técnico Executivo	Renato Sérgio Maluf Prof. Dr. da UFRRJ, especialista em Políticas Públicas e Desenvolvimento Intersetorial em Segurança Alimentar e consultor técnico pelo Instituto Polis	12 horas mensais
Auxiliar Administrativo Financeiro	Régia Maria Duarte Fonseca Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo da SEMDES Iria Lorelei Storer Degaspari Chefe da Divisão do Município de Piracicaba	8 horas semanais

*Curriculum Vitae dos membros da equipe estão em anexo. *

(a) método de execução *

(b) razões que justificam a escolha do método proposto *

(c) procedimentos de avaliação interna *

(d) nível de participação e de ação de outras organizações (parceiros e outros) no projeto

(e) apresentar as razões que justificam o papel de cada parceiro

(f) equipe proposta para a execução do projeto - é obrigatório juntar o curriculum vitae das pessoas em causa

1.9 Duração e plano de ação

A duração do projeto será de 12 meses, ou seja, um ano.

Ano	Atividade	Local (cidade)	Organismo responsável pela execução
Ano 1	Implementação e Execução do Projeto	Piracicaba (BR)	Prefeitura Municipal de Piracicaba
Mês 1	<ul style="list-style-type: none"> - instalação e organização da equipe técnica e definição dos procedimentos das atividades de base. - elaboração do formulário de caracterização dos municípios parceiros. - elaboração do material didático com todas as informações necessárias - construção dos mecanismos de intercâmbio por e-mails, telefone e fax <p style="text-align: center;">Preparação da Atividade 1</p>	Piracicaba, Rio Claro, Campinas, São Bernardo do Campo (BR) ; Pigna, Mendatica (Itália); Chorrillos (Peru); San Joaquin (Chile)	Prefeitura Municipal de Piracicaba
Mês 2	<ul style="list-style-type: none"> - construção da Rede de Intercâmbio de Comunicação - criação do Banco de Dados e do Site do projeto - coleta dados locais, com a utilização dos instrumentos padronizados 	Piracicaba, Rio Claro, Campinas, São Bernardo do Campo (BR) ; Pigna, Mendatica (Itália); Chorrillos (Peru); San Jose (Chile)	Todas as municipalidades sócias
Mês 3	<p style="text-align: center;">Atividade 1</p> <p>1ª OFICINA INTERNACIONAL</p> <p>Avaliação da 1ª Oficina Internacional</p> <p>Trabalho entre os sócios na Rede de Intercâmbio para a elaboração de um Manual Informativo para a Atividade 2</p>	Piracicaba, Rio Claro, Campinas, São Bernardo do Campo (BR) ; Pigna, Mendatica (Itália); Chorrillos (Peru); San Jose (Chile)	Todas as municipalidades sócias

Mês 4	Atividade 2 - Aplicação da Metodologia de Identificação das ações de SAN pelas municipalidades parceiras	Piracicaba, Rio Claro, Campinas, São Bernardo do Campo (BR); Pigna, Mendatica (Itália); Chorrillos (Peru); San Jose (Chile)	Todas as municipalidades sócias
Mês 5	- início da Preparação da Atividade 3	Piracicaba, Rio Claro, Campinas, São Bernardo do Campo (BR) ; Pigna, Mendatica (Itália); Chorrillos (Peru); San Jose (Chile)	Todas as municipalidades sócias
	- estruturação do Banco de Dados		
	- coleta dados locais, com a utilização dos instrumentos padronizados		
Mês 6	Atividade 3 Identificação dos Mecanismos de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional.	Piracicaba, Rio Claro, Campinas, São Bernardo do Campo (BR) ; Pigna, Mendatica (Itália); Chorrillos (Peru); San Jose (Chile)	Todas as municipalidades sócias
Mês 7	- monitoramento das atividades desenvolvidas nas municipalidades pela equipe coordenadora	Piracicaba (BR)	Prefeitura Municipal de Piracicaba
	- estruturação do Relatório da Atividade 3		
Mês 8	- sistematização dos dados	Piracicaba, Rio Claro, Campinas, São Bernardo do Campo (BR) ; Pigna, Mendatica (Itália); Chorrillos (Peru); San Jose (Chile)	Todas as municipalidades sócias
	- preparação da Atividade 4		
Mês 9	- preparação da Atividade 4 - 2ª Oficina Internacional	Piracicaba, Rio Claro, Campinas, São Bernardo do Campo (BR) ; Pigna, Mendatica (Itália); Chorrillos (Peru); San Jose (Chile)	Todas as municipalidades sócias
Mês 10	Atividade 4 2ª OFICINA INTERNACIONAL Avaliação da 2ª Oficina Internacional	Piracicaba (BR)	Prefeitura Municipal de Piracicaba

Mês 11	Elaboração do documento oficial das decisões da 2ª Oficina Internacional, trabalho em Rede.	Piracicaba (BR)	Prefeitura Municipal de Piracicaba
	Preparação da Atividade 5: elaboração do Manual de Diretrizes para construção mecanismos de monitoramento das ações SAN local, Rede.		
Mês 12	Atividade 5 Publicação e Divulgação do Manual de Diretrizes para construção mecanismos de monitoramento das ações SAN local, Rede.	Piracicaba, Rio Claro, Campinas, São Bernardo do Campo (BR); Pigna, Mendatica (Itália); Chorrillos (Peru); San Jose (Chile)	Todas as municipalidades sócias

2. Resultados esperados

2.1 Impacto esperado nas autarquias locais

(a) o projeto melhorará a situação das autarquias locais

A presente proposta visa melhorar a gestão das ações que envolvam a segurança alimentar e nutricional e a inclusão social do município parceiro a partir da:

- ✓ difusão de um enfoque intersectorial de SAN como uma medida de estímulo a formulação e implementação de políticas públicas municipais de SAN com participação social.
- ✓ formulação de uma proposta de trabalho para o levantamento do diagnóstico local da SAN e construção dos mecanismos de monitoramento das ações a fim de subsidiar uma política de SAN.
- ✓ efeito multiplicador dessa proposta começa a partir da publicação e divulgação da primeira Oficina Internacional.
- ✓ elaboração do Manual de Diretrizes de Monitoramento das Ações de SAN.

(b) o projeto melhorará as capacidades técnicas e de gestão dos grupos-alvo ou dos parceiros.

O projeto visa sensibilizar, capacitar os técnicos dos órgãos gestores para o levantamento de dados, construção dos diagnósticos dos programas e ações que constituem a SAN local, e que adquiram autonomia nesse processo para garantir a efetividade dos mecanismos de monitoramento. O método da pesquisa-ação participante e do planejamento participativo adotados para o desenvolvimento das atividades desse projeto tem como meta capacitar os órgãos gestores parceiros a trabalharem a SAN através da intersectorialidade e institucionalidade. As oficinas internacionais também serão um espaço para viabilizar o processo de troca de experiências e informações.

A rede de intercâmbio de SAN e o site são instrumentos que podem viabilizar a comunicação entre os sócios parceiros após o término do projeto, bem como garantir que as

parcerias ultrapassem a discussão de SAN e abra espaço para outras demandas municipais.

2.2 Publicações e outros resultados

Serão produzidos três tipos de publicações:

1. Um material informativo para os técnicos especialistas em SAN sobre o Mapa das Ações de SAN construídos pelas municipalidades, banco de dados.
2. Um material informativo dos resultados da Segunda Oficina Internacional.
3. Manual de Diretrizes para construção de indicadores de monitoramento de SAN, voltados para o público em geral.

Cabe ressaltar que também existe a possibilidade de divulgação desse conteúdo pelo site bem como através da imprensa e mídia.

A avaliação dos processos de co-responsabilidade construídos pelas municipalidades até a segunda oficina internacional é uma referência da sustentabilidade da proposta, uma vez que seu enfoque é identificar quantas municipalidades conseguiram se apropriar no uso do processo metodológico do planejamento participativo.

A autonomia das municipalidades, financeira e de intercâmbio, também será um elemento indicador do desenvolvimento desse trabalho, ou seja, uma garantia da manutenção da Rede e do site.

2.3 Efeitos multiplicadores

- A reprodução e a dimensão da difusão dos resultados será avaliada pelos sócios parceiros e outros sócios da rede através da repercussão da divulgação do Manual de Diretrizes das Ações de Segurança Alimentar. Entretanto, a metodologia de trabalho participativo das oficinas e dos trabalhos que serão desenvolvidos nas municipalidades parceiras incentiva a dinâmica de debates, análises críticas e reflexões, favorecendo os processos de mudanças diante dos questionamentos da temática da SAN e uso de indicadores de monitoramento das ações.

- Os efeitos multiplicadores também serão construídos ao longo do desenvolvimento das atividades, uma vez que os processos educativos de sensibilização, participação, comprometimento, serão identificados com antecedência e passíveis de mudanças antes do término do projeto.

- A rede de intercâmbio e o site também são propostas de efeitos multiplicadores de conhecimentos, análises críticas, sugestões que favorecem a difusão em cadeia das informações geradas, além de possibilitar a efetividade do diálogo entre as municipalidades parceiras e disponibilidade das informações em rede web para o mundo interior.

- O próprio mecanismo de articulação das políticas sociais locais, a busca de novas políticas públicas integradas para o enfrentamento da pobreza e da erradicação da fome, favorecendo a visibilidade da Rede 10 e do Programa URBAL da Comunidade Européia.

2.4 Impacto a curto e longo prazo

(a)-Vertente financeira

Em Curto Prazo

Em curto prazo a atual proposta visa sensibilizar os órgãos gestores da importância da estruturação da intersectorialidade municipal de Segurança Alimentar e Nutricional a fim de eliminar a sobreposição de projetos e de destinação de recursos para um mesmo segmento social.

Em Longo Prazo

Em longo prazo espera-se que os próprios órgãos gestores assumam o financiamento das atividades, uma vez que o projeto tem como princípio a construção de subsídios para orientar as políticas públicas e as ações de SAN e assim facilitar a criação de um orçamento municipal de SAN.

A dinâmica de intercâmbio instituída entre os sócios parceiros pela Rede poderá facilitar a comunicação sem a demanda de custos.

(b)-Vertente institucional

Em Curto Prazo

A Prefeitura Municipal de Piracicaba tem em sua estrutura a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMDES, a qual tem como objetivo executar ações sociais de assistência e desenvolvimento social atendendo os diversos segmentos sociais, principalmente os indivíduos socialmente excluídos.

A SEMDES possui parcerias com as demais secretarias do Município, tais como a Saúde, Educação, Habitação, Cultura, Agricultura e Abastecimento, bem como com a rede de Proteção Social do Município formada pelos programas de geração de trabalho e renda, ONGs e etc.

No contexto da Segurança Alimentar a SEMDES coordena o Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional há dois anos, portanto existe a garantia de continuidade da proposta após a conclusão das atividades. Na realidade este será um instrumento facilitador para as dificuldades encontradas na execução da intersectorialidade dos programas e ações de SAN desenvolvidas pelas secretarias municipais mencionadas.

O comprometimento das outras municipalidades parceiras será construído a partir da metodologia que será desenvolvida (planejamento participativo), a qual visa fortalecer as relações da intersectorialidade dos segmentos envolvidos na temática da SAN.

Em Longo Prazo

O projeto deverá incentivar uma maior integração entre as políticas sociais e proporcionar uma maior efetividade no enfrentamento do combate à fome e a pobreza.

Esse processo vai depender da articulação desenvolvida com o sistema de seguridade social, integrado pelos setores da saúde, assistência e previdência cuja as ações têm impacto direto na situação da segurança alimentar da população.

(c)-Vertente política

Em curto Prazo

Primeiramente cabe lembrar que o mapeamento das ações de SAN têm o papel de monitorar a realidade social para a formulação de políticas públicas da SAN local. A proposta de difusão dos resultados obtidos e do manual de diretrizes também manifestam a vertente política da própria ação do processo construído e divulgação do trabalho realizado, fomentando a divulgação e multiplicação da concepção construída ao longo dos 12 meses.

Em Longo Prazo

Contribuir para o intercâmbio permanente entre a rede formada pelos sócios parceiros do projeto e outros, a fim de fortalecer as bases e ampliar a potência de realização novas ações em sistema de intercâmbio e cooperação.

3. Orçamento para o projeto

ANEXO B

O orçamento foi redigido em conformidade com o anexo B (documento Excel).

4. Fontes de financiamento previstas

ANEXO B

Apresenta as informações sobre as fontes de financiamento previstas para o projeto. (documento Excel).

II - CANDIDATO (candidato à coordenação de um projeto comum)

1. Identidade

Designação jurídica completa:	Prefeitura Municipal de Piracicaba Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Designação abreviada:	PMP e SEMDES
Estatuto jurídico:	Administração Pública
CNPJ	46341.038 / 0001-29
Número de IVA (se for caso disso) :	Não tem
Endereço oficial	Rua Capitão Antônio Corrêa Barbosa,2233
Endereço postal:	CEP :13400-900
Pessoa a contactar:	Cibele de Cássia Dalla Pola Marques da Silva
Nº de telefone :	55 19 34 342109
Nº de fax :	55 19 34178813
Endereço eletrônico:	semdespira@ig.com.br
Sítio Internet:	www.piracicaba.sp.gov.br

2. Referências bancárias

O banco deve estar estabelecido no país de registro do candidato.

Denominação da conta:	
Nº da conta:	Conta a ser aberta
Código do banco:	001 Banco do Brasil
Código SWIFT:	BRAS BR RJRPO
Nome do banco:	Banco do Brasil – Agência 0056-6
Endereço do banco:	Praça José Bonifácio, nº 945
Nome do(s) signatário(s):	César Henrique Nadotti
Função do(s) signatário(s):	Secretário de Finanças

3. Apresentação do candidato

Localização do Município de Piracicaba, SP, Brasil



Piracicaba está situada a 152 Km da capital, em uma das regiões mais industrializadas e produtivas do estado de São Paulo. A área do município é de 1.368,40 Km², sendo que a área urbana ocupa 165,33 Km² e a área rural 1.203,07 Km² (IBGE/2000 e IPPLAP)¹²

O município de Piracicaba possui uma população de 329.158 habitantes, sendo a população feminina é de 166.725 hab e a masculina de 162.433 hab. (IBGE/2000). A população residente na Área Urbana corresponde 317.374 hab. E a população residente na Área Rural é de 11.784 hab. (IBGE/2000). A renda per capita do município é de R\$455,87 (SEADE/2000)

O desenvolvimento econômico do município ocorreu em função da cultura da cana de açúcar e atualmente não existem políticas voltadas para o setor sucro-alcooleiro. A retração e a mecanização da cultura da cana e a falta de opções nas atividades rurais provocam o êxodo e o inchamento das periferias da zona urbana, elevando o índice de desemprego de um contingente cuja escolaridade não atende às exigências do mercado de trabalho. Como na região de entorno do município de Piracicaba a cultura predominante é a cana, o abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros é quase que integralmente realizado por fornecedores da região de Campinas – SP e outras.

O crescimento da população de Piracicaba de acordo com os censos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) vem diminuindo nas últimas décadas, a exemplo do que ocorre em todo Brasil. Os dados do IBGE (2000) mostram que a taxa de urbanização vem se estabilizando e o índice de 96,4% em 2000 indica que o processo de migração campo-cidade está atingindo o seu limite.

De acordo com a Secretaria Municipal de Água e Esgoto (SEMAE), os dados de saneamento básico do município de Piracicaba são:

- Abastecimento de água – cobertura de 99,38%.
- Esgoto Sanitário – cobertura de 96,85%, ou seja, 96,85% da população possuem coleta de esgoto. Os dados do SEMAE mostram que 33% do esgoto gerado no município é tratado.
- Coleta de Lixo - cobertura de 99,57% da população do município.

¹² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.
Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba

Piracicaba apresenta uma taxa de alfabetização de 95% e possui um total de 125 escolas, entre as escolas privadas, estaduais e municipais, as quais são distribuídas em 64 escolas de Ensino Fundamental, 50 escolas de ensino médio, 05 ensino superior e de 6 ensino profissionalizante.

As taxas de mortalidade registradas no município, nos últimos anos são:

- Mortalidade Infantil – no ano de 1999 a taxa de mortalidade infantil em Piracicaba foi de 16,4 mortes por mil nascidos vivos, enquanto o estado de São Paulo registrou 17,5. Segundo a Vigilância epidemiológica de Piracicaba, a mortalidade infantil no município decresce nos anos de 2000 e 2001, e voltou a crescer em 2002. Passou de 13,2 em 2000 para 10,8 no primeiro trimestre de 2001 e subiu para 14,4 em 2002.
- Mortalidade Geral – 6,4 por mil habitantes.

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) atende mensalmente, mensalmente, 100 crianças de 0-6 anos de idade com leite enriquecido por apresentarem peso abaixo do adequado à sua idade e altura, índice de desnutrição e comprometimento de seu desenvolvimento físico e intelectual. Outras 758 crianças são mensalmente atendidas pelo programa leite devido à falta de condições financeiras de suas famílias (Dados do SISVAN – Piracicaba, 2003).

A secretaria de saúde do município de Piracicaba possui uma rede hospitalar conveniada ao SUS (Sistema Único de Saúde), que contabiliza hoje 288 leitos em dois hospitais filantrópicos. Há também 392 leitos para atendimento a pacientes privados (não SUS). O total de 680 leitos hospitalares resulta num índice de 2,06 leitos/1.000 habitantes, considerando-se somente a disponibilidade para a população SUS. Porém, o indicador cai para 1,74 leito/1.000 habitantes e ainda assim acima da média estadual, que é de 1,41 leito/1.000 habitantes.

Segundo Dados do governo do Estado de São Paulo, em 2000 Piracicaba apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,836 (Quadro1) Caracterizado como alto desenvolvimento, segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, acima da média do Estado de São Paulo, que no mesmo período registrou 0,814.

Diversas organizações sociais do município desenvolvem atividades voltadas para a família, mas não existe um programa capaz de envolvê-la integralmente. Um dos fatores limitantes é o econômico, pois cerca de 5,9% da população do município sobrevive com uma renda de até dois salários mínimos. É um percentual baixo quando comparado à média regional, de 10,7%. Piracicaba conta com um Conselho Municipal de Assistência Social, órgão composto de forma partidária pelo poder público e pela sociedade civil e que delibera acerca das políticas da área, e com um Fundo Municipal da Assistência Social, que recebe recursos que são repassados às organizações atuantes no setor e a projetos específicos.

Quadro 1 - Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – M

COD IBGE	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de alfabetização de adultos (%)	Taxa Bruta de frequência escolar (%)	Renda Per capita (em R\$ de 2000)	Índice de Longevidade (IDHM-L)	Índice de educação (IDHM-E)	Índice de Renda (IDHM-R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	Classificação na UF	Classificação Nacional
2000	72,95	94,95	84,05	455,87	0,799	0,913	0,795	0,836	22	93
1991	70,02	92,34	72,48	366,81	0,750	0,857	0,758	0,789	24	45
Variação %	4,18	2,83	15,97	24,28	6,50	6,53	4,78	5,96	8,33	-106,67

Fonte: PNUD

O Município de Piracicaba conta com importantes instituições de ensino e pesquisa no campo de Ciência e tecnologia de alta complexidade, reconhecidas internacionalmente, como Universidade de São Paulo (USP – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” - ESALQ), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP – Faculdade de Odontologia) e Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).



Piracicaba também está incluída na malha viária do Estado de São Paulo, portanto possui interligação rodoviária facilitada à capital e ao Porto de Santos, pelas rodovias Luiz de Queiroz, Bandeirantes e Anhanguera.

Piracicaba também é cortada pelo rio de mesmo nome.

Cabe enfatizar que o Município de Piracicaba passa por um período singular em seu planejamento, em direção à qualificação do seu espaço e de sua vivência por seus cidadãos. O quadro atual apresenta duas inovações: o recém criado Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba – IPPLAP e a Piracicaba 2010-Realizando o Futuro, ONG que

formulou e sintetiza a Agenda 21 local. Ambas apontam para uma importante conjunção de forças entre o poder público e a sociedade organizada.

Além disso, a Prefeitura do Município empenha-se na revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento e na elaboração dos planos diretores Rural e de Mobilidade.

4. Capacidade de gestão e de execução de projetos

4.1. Experiência em projetos similares

No âmbito de parcerias internacionais Piracicaba pertence a duas Redes, a saber: a Rede Mercocidades (Mercosul) e da Rede 7 da URB-AL (União Européia – América Latina).

1. Rede Mercocidades

Mercocidades é uma rede que reúne Prefeituras Municipais dos países que integram o Mercosul, cujo objetivo é fortalecer as administrações municipais no plano político, econômico e social para enfrentar a globalização. Para tanto, além das reuniões de caráter político, os trabalhos permanentes dessa rede são desenvolvidos em unidades temáticas através das quais temas específicos e de relevância para as cidades são aprofundados para a promoção do seu desenvolvimento e fortalecimento. Esse trabalho permite uma maior e melhor integração do Mercosul. O município de Piracicaba responde pela sub-comissão de Turismo em parceria com Belo Horizonte e pela sub-comissão de Cooperação Internacional junto com Porto Alegre.

2. Rede – 7 – Gestão da Urbanização

A Rede 7 está sob a coordenação de Rosário e Piracicaba participa como cidade membro.

- (a) a finalidade e a localização do projeto
- (b) os resultados do projeto
- (c) o papel da organização (responsável ou parceiro) e seu nível de participação no projeto
- (d) os custos do projeto
- (e) os organismos doadores para o projeto (nome, endereço, endereço eletrônico, nº de telefone, montante da subvenção/doação).

4.2 Conhecimentos especializados sobre o tema do projeto comum

O município de Piracicaba tem como meta a elaboração de uma política municipal de segurança alimentar, uma vez que a abrangência do conceito de segurança alimentar requer a intervenção nos mais variados programas setoriais do município. Entretanto, o caminho para construção de uma política dessa amplitude é longo, pois passa pela legitimação do conceito de segurança alimentar como elemento de integração e de direção das políticas públicas.

Nesse sentido o município de Piricacicaba optou,primeiramente pelo lançamento de um programa de segurança alimentar e nutricional.

O programa visa assegurar o direito humano básico, o direito à alimentação, adotando como referência o objetivo da segurança alimentar e nutricional enquanto um eixo orientador de

ações e políticas voltadas para promoção do desenvolvimento com crescente equidade e inclusão social e com a melhoria da qualidade de vida da população.

Dada a abrangência e multidisciplinariedade da segurança alimentar e nutricional, como eixo estratégico de desenvolvimento local e inclusão social, o tema envolve um conjunto de ações desenvolvidas por diversos setores da administração pública e por entidades da sociedade civil que de alguma forma direcionam seus trabalhos aos alimentos. Assim, estes podem exercer papéis de educadores, orientadores, divulgadores, pesquisadores, consultores, produtores, compradores, vendedores e consumidores (Maluf, 2002)¹².

O processo de elaboração do Programa Municipal de Segurança alimentar e Nutricional iniciou-se com o primeiro seminário Municipal de segurança alimentar e Nutricional, realizado em 17/10/2001, quando foi formado um grupo heterogêneo em suas atuações, mas que possuem em comum a intenção de fazê-las convergirem numa proposta de segurança alimentar e nutricional a ser implantada no município. Este grupo tornou-se o Comitê Gestor do presente programa de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Comitê Gestor é constituído por representantes do poder público municipal e da sociedade civil :

Instituições do Governo Municipal : Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social – SEMDES (coordenador do programa), Secretaria Municipal de Abastecimento (SEMA), Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação e a Coordenadoria da Mulher.

Instituições da sociedade Civil: Pastoral da Criança, Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, Instituto Ceres para Segurança Alimentar. O programa recebe assessoria do *Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais*.

O programa engloba um conjunto de subprojetos com ações nas diversas áreas que contemplam uma política de segurança alimentar e que são orientadas por cinco diretrizes gerais:

1. promover a produção rural e urbana e a comercialização de alimentos realizadas em bases socialmente equitativas
2. ampliar o acesso a uma alimentação de qualidade e regular as condições em que os alimentos são disponibilizados à população.
3. Promover a educação alimentar e a organização dos consumidores da defesa dos seus direitos.
4. Universalizar e assegurar a qualidade dos programas alimentares com caráter suplementar ou emergencial dirigidos a grupos populacionais específicos
5. Estimular a participação da sociedade civil na formulação e na implementação da política de segurança alimentar e apoiar as iniciativas não governamentais.

A partir dessas diretrizes o Comitê Gestor optou pela revisão dos seus programas e ações já existentes no município, bem como propor novas iniciativas, chegando-se aos seguintes objetivos específicos para a futura política municipal de segurança alimentar e nutricional: Produzir alimentos limpos; Promover a inclusão social como condição de cidadania e de respeito do direito à alimentação; Educar para o consumo alimentar saudável, começando

¹²Maluf, 2002. Relatório de Avaliação do Programa de Segurança Alimentar do Município de Piracicaba – documento apresentado em outubro de 2002 pelo Instituto Polis.

por nossas escolas; Instituir instrumentos permanentes de avaliação e intervenção sobre as condições nutricionais da população.

Como instrumento de intervenção e ação o programa desenvolveu um projeto piloto de ações convergentes em segurança alimentar nutricional que começou a ser implantado em 2002, no bairro Parque dos Sabiás. O qual se localiza na região oeste de Piracicaba e apresenta um quadro de bolso de pobreza e de vários problemas sociais.

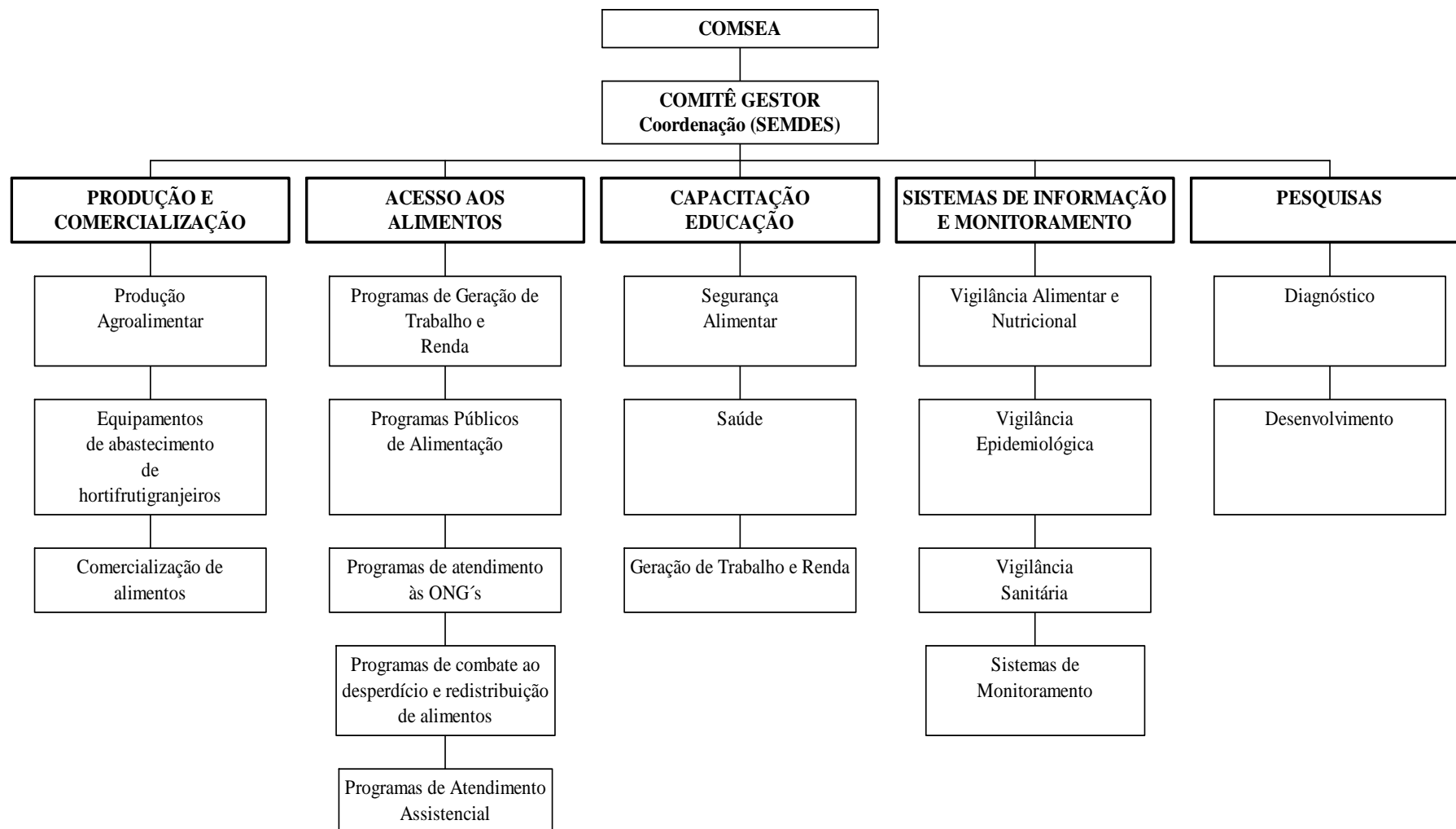
Nessa primeira etapa do projeto cada setor municipal contribuiu com o programa e os primeiros resultados indicaram: a viabilidade da proposta, coerência entre os objetivos, estratégias e resultados esperados, capacidade do projeto de responder às expectativas dos beneficiários.

O programa de Segurança Alimentar no âmbito municipal pretende desenvolver e dar continuidade em 2004 as ações pertencentes em quatro diretrizes específicas, as quais são:

1. Produção e Comercialização dos Alimentos
2. Acessos aos alimentos
3. Capacitação para Educação Alimentar e Geração de Renda
4. Pesquisa, Diagnósticos e Acompanhamentos

O organograma a seguir possibilita o entendimento da ação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSEA) e Comitê Gestor.

PROGRAMA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PIRACICABA - SÃO PAULO



As Principais ações Desenvolvidas em Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Piracicaba são:

1. Programa Ceta Básica-Vale Escola
2. Bolsa Alimentação
3. Bolsa Família
4. Varejão Móvel
5. Varejões Municipais
6. Horta Escolar
7. Padaria Artesanal
8. Programa de Arrecadação de Alimentos
9. Programa Agricultura Urbana
10. Programa Sabor e Qualidade
11. Estudo do Consumo alimentar e estado nutricional da população dos Bairros Novo Horizonte e Kobaiat do Município de Piracicaba
12. Curso de Capacitação de Educação para o Consumo Alimentos
13. Curso de Capacitação de Manipuladores de alimentos
14. Programa Mesa-Brail – SESC de Piracicaba
15. Acompanhamento Nutricional de Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos
16. Programa Alimentação do Escolar
17. Programa Viva Leite
18. Programa de Distribuição de Leite
19. SISVAN – Sistema de Vigilância Nutricional
20. Grupo de Gestantes Atendidas nas Unidades Básicas de Saúde
21. Programas de alimentação
22. Programa de estágio Supervisionado em Alimentação Escolar
23. Programa de Estágio Supervisionado em Saúde Pública
24. Trabalho Educativo nas Escolas
25. Jornal Informativo – Nutrevida
26. Capacitação de Adultos para o trabalho com Alimentação e Nutrição

Destas iniciativas que o município de Piracicaba vem desenvolvendo cabe especificar seis programas:

✓ **Alimentação e Nutrição da Secretaria Municipal de Educação**

Foi desenvolvido um trabalho de readequação dos seguimentos da merenda escolar com a perspectiva de combate à baixa qualidade da alimentação servida, a distribuição da merenda às unidades escolares e a qualidade de trabalho das merendeiras. Assim foram realizadas algumas ações estratégicas, tais como:

-reorganização do setor de compras, armazenamento e distribuição dos produtos.

-fornecimento de uma alimentação balanceada, reformulação dos cardápios

-ampliação do atendimento para programas : estação criança, educação jovens e adultos e do Centro de Atendimento Sócio Educativo.

-curso de capacitação para merenderas e servidores do setor.

-conscientização dos Diretores das escolas estaduais quanto à responsabilidade do Estado para com a Merenda escolar e a importância da merendeiras.

-articulação e participação nas ações do programa de segurança alimentar, implantado no município, entre outras.

✓ **Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)**

É um sistema de análise de informações, de âmbito nacional (Ministério da Saúde), que tem como finalidade promover periodicamente o diagnóstico descritivo e analítico da situação alimentar e nutricional da população, caracterizando áreas geográficas, segmentos sociais e grupos populacionais de maior risco. Dessa forma é uma proposta de levantamento de subsídios para planejamento e análise de dados dos efeitos de políticas e programas nutricionais e a predição de tendências futuras. O SISVAN foi implantado em Piracicaba em 1995 e hoje funciona com um banco de dados nutricionais de crianças de 0 a 5 anos atendidas nas Unidades de Saúde do Município (UBS) e coordena o programa de distribuição do leite.

Apesar da coerência e abrangência do programa funciona com muitas dificuldades de infraestrutura técnica e de funcionários, o que dificulta o cadastramento das crianças e gerenciamento do banco de dados. Com a articulação do Programa de Segurança Alimentar está sendo possível algumas mudanças, como o remanejamento de funcionários e mutirão, nas unidades de saúde, para o cadastramento das crianças atendidas.

✓ **Projeto Agricultura Urbana**

É coordenado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento e adota da melhor forma possível o planejamento participativo. Dentre os projetos estão as hortas urbanas, as hortas familiares e comunitárias que são desenvolvidas em alguns bairros do município. O projeto sofreu algumas reestruturações a partir da integração dos coordenadores de vários projetos comuns, essa medida possibilitou que as ações semelhantes que estavam dispersas pudessem ser gerenciadas tecnicamente e unicamente.

✓ **Programa Cesta Básica-Vale Escola**

O objetivo desse programa é atender famílias com renda per capita de até R\$60,00 (sessenta reais) e filhos de 0 a 15 anos incompletos, com auxílio financeiro. O número de atendidos pelo programa são 156 famílias, e os recursos são de R\$176.000,00 em 2004.

✓ **Programa Bolsa Alimentação**

O objetivo do programa é melhorar as condições de nutrição e de saúde de gestantes, nutrizes e crianças de 0 a 6 anos, em risco nutricional, pertencente a famílias com renda mensal per capita de até R\$90,00 (noventa reais).

O número de atendidos em 2003:

237 famílias – jul. a set - R\$ 3.555,00

177 famílias – outubro - R\$ 2.655,00

167 famílias – nov. / dez.- R\$ 2.505,00

O recurso financeiro é de R\$8715,00 em 2004, do Governo Federal.

✓ **Programa Bolsa Família**

O objetivo é atender famílias com renda per capita de até R\$ 100,00 (cem reais) e filhos de 0 a 15 anos incompletos com auxílio financeiro. O número de atendidos em 2003:

52 famílias.- novembro - R\$ 4.345,00

219 famílias dez 03 e jan.04 - R\$ 4.505,00

O recurso financeiro para 2004 será de R\$8.850,00 do Governo Federal.

A Secretaria de Desenvolvimento Social - SEMDES também coordena outros programas além do Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, como:

- ✓ **Programa Municipal da Família/Comunidade**
- ✓ **Programa Municipal de Migrante e Morador de Rua**
- ✓ **Programa Municipal do Idoso e Terceira Idade**
- ✓ **Programa Municipal de Atendimento às Pessoas que Apesentam Necessidades Especiais (PANE)**
- ✓ **Programa Municipal da Criança e do Adolescente**
- ✓ **Programa Municipal de Diagnóstico e Convênios**
- ✓ **Programa Municipal de Geração de Trabalho e Renda**

4.3 Recursos

- ✓ O orçamento anual para os três últimos anos do departamento que será responsável pela gestão da coordenação do projeto comum (indicando, se for caso disso, para cada ano os nomes das principais entidades financiadoras e o montante da respectiva contribuição em relação ao rendimento anual da autarquia local).

Prefeitura Municipal de Piraccicaba		
Ano	Orçamento em R\$	Orçamento em EU
2002	211.469.583,48	60.042.471,18
2003	236.930.000,00	67.271.436,69
2004	244.591.030,00	69.446.621,24

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social		
Ano	Orçamento em R\$	Orçamento em EU
2002	7.567.089,09	2.148.520,47
2003	9.142.000,00	2.595.684,27
2004	8.022.338,00	2.277.779,10

- ✓ O número de pessoas empregue a tempo inteiro e parcial por categoria no departamento que será responsável pela gestão da coordenação do projeto comum (*por ex^o número de gestores de projetos, contabilistas, etc.*).

Prefeitura Municipal de Piraccicaba				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social				
Cargo/Emprego	Jornada de Trabalho			
	40 h/sem	30h/sem	20h/sem	Tem FG
Agente escolar de Saúde	1			
Assessores Gabinete do Secretário	1			
Assistente Social	42	2		4
Assistentes de Pesquisa e Promoção	1			
Auxiliar de Ofício	2			
Chefe de Divisão	2			
Chefe de Setor	1			
Conselho Tutelar	10			
Encarregado de equipe	1			
Escriturário	8			2
Espec. Educ. Psicólogo	2			
Merendeiro	1			
Monitor Centro educacional e Creche	1			
Motorista	6			
Oficiais de Gabinete	1			
Psicólogo	0	1		
Secretario	1			
Serviços Gerais	9			
Zelador	1			
Total	91	3	0	6

- ✓ Material e instalações do departamento que será responsável pela gestão da coordenação do projeto comum
- ✓ A SEMDES é um prédio que se localiza no centro do Município de Piracicaba, é subdividido em mais de 15 subunidades de trabalhos de acordo com os programas que desenvolve em vários setores no mesmo local. Também possui espaço para atendimento à população e centro de informática.

5. Outros pedidos apresentados às instituições europeias, ao Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) ou aos Estados-Membros da UE

5.1 Subvenções, contratos ou empréstimos obtidos no decurso dos três últimos anos provenientes das instituições europeias, do FED ou dos Estados-Membros da UE

Designação da ação	Rubrica orçamental da CE, FED ou outra fonte.	Montante (EUR)	Data de obtenção

5.2 Pedidos de subvenção, apresentados (ou a apresentar) às instituições europeias, ao FED ou aos Estados-Membros da UE no ano corrente:

Designação do projeto	Rubrica orçamental da CE, FED ou outra fonte	Montante (EUR)

Anexo B - Orçamento

Observação: Este documento será apresentado em formato Microsoft Excel.

Anexo C - Quadro-lógico

Observação: Este documento segue em anexo

Anexo D

Observações importantes: As ajudas de custo diárias abrangem todos os custos de alojamento, de alimentação e de transporte urbano

Anexo E:

Modelo de contrato (<http://www.urb-al.com> ;
http://europa.eu.int/comm/europeaid/index_en.htm)